

Projeto de lei quer punir empresa que usar robô em pregão eletrônico

O uso de robôs nos pregões eletrônicos promovidos pelo governo federal para compra de produtos e serviços despertou o interesse do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). Ele é autor de um projeto de lei que tenta dar fim à estratégia. Pela proposta, de número 1.592, de 2011, o fornecedor que for identificado utilizando robôs para fazer lances ficará impedido de contratar com a administração pública por dois anos. As informações são da *Agência Câmara*.

O Ministério do Planejamento, que gerencia o pregão eletrônico do governo federal, está atento ao problema e procura neutralizar os fornecedores que usam os robôs, para evitar a vantagem de um dos concorrentes. No entanto, nada impede que os identificados participem de novos pregões.

Por meio de programas de computador, os robôs fazem lances automáticos nos pregões eletrônicos, de forma constante e em fração de segundos. Como resultado, o fornecedor que usa o robô consegue manter-se sempre com o menor preço e, portanto, à frente dos outros competidores.

A quebra da igualdade é um dos problemas apontados pelo deputado. que o uso dos robôs não acarreta prejuízo para o setor público, mas traz outro problema: “Esse fenômeno recente não representa diretamente prejuízo aos interesses públicos, mas introduz uma quebra na igualdade entre os participantes, visto que nem todas as empresas têm acesso aos robôs, e mesmo que o tivessem, iria sempre prevalecer a empresa com tecnologia mais moderna”, disse.

O projeto tramita de forma conclusiva nas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Date Created

06/11/2011